

dos de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e que reúnam, cumulativamente, a titularidade de uma licenciatura e quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo ingresso e provimento seja legalmente exigível uma licenciatura;

Considerando que, terminando o prazo para aceitação de candidaturas do procedimento com vista ao provimento do cargo de chefe da divisão da educação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 19 de Julho de 2007, no Jornal de Notícias e na Bolsa de Emprego Público de 25 de Julho de 2007, se apresentaram a concurso onze candidatos, dos quais apenas quatro marcaram presença na prova de entrevista pública de selecção para que estavam legalmente convocados, a saber: Emília de Fátima Moreira dos Santos, Fernanda da Conceição Carvalho Oliveira Reis, Isabel Margarida Antunes Oliveira e Júlio António Pereira Pinto Guimarães;

Considerando que a candidata Emília de Fátima Moreira dos Santos reúne os requisitos definidos no artigo 20.º da já referida Lei n.º 2/2004, de 19 de Janeiro, conjugado com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril e detém o perfil adequado para prosseguir as atribuições e objectivos da respectiva unidade orgânica, como se evidencia na nota curricular anexa ao presente aviso.

Determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro) e pelo artigo 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, a nomeação da licenciada Emília de Fátima Moreira dos Santos, para o cargo de chefe da divisão da educação, em comissão de serviço por 3 anos.

Nota curricular

Nome — Emília de Fátima Moreira dos Santos
Habilitações académicas — Licenciatura em Psicologia, Consulta Psicológica de Jovens e Adultos, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Naturalidade — Barca/Maia

Actividade profissional:

Na Câmara Municipal da Maia:

Técnica Superior de Psicologia, em regime de avença, desde 10 de Abril de 2003;

Psicóloga de 2.ª classe do quadro de pessoal desde 2 de Setembro de 2002;

Técnica Superior de Psicologia de 1.ª classe a partir de 23 de Julho de 2007;

Chefe da divisão da educação do Departamento de Educação, Acção Social e Juventude, em regime de substituição, desde 1 de Junho de 2007.

O seu percurso profissional está associado ao exercício de funções na área da educação há mais de 4 anos, tendo participado em inúmeras acções de formação, colóquios e seminários.

Paços do Concelho da Maia, 18 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes*.

303632156

Aviso n.º 17587/2010

Nomeação para o cargo de director do departamento de comunicação, imagem e relações institucionais

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nos seus artigos 2.º, n.º 4, e 20.º, prevê que o recrutamento, para os titulares dos cargos de direcção intermédia, é efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e que reúnam, cumulativamente, a titularidade de uma licenciatura e seis anos de experiência profissional em carreiras para cujo ingresso e provimento seja legalmente exigível uma licenciatura;

Considerando que, terminando o prazo para aceitação de candidaturas do procedimento com vista ao provimento do cargo de director do departamento de comunicação, imagem e relações institucionais, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 19 de Julho de 2007, no Jornal de Notícias e na Bolsa de Emprego Público de 25 de Julho de 2007, se apresentaram a concurso cinco candidatos, dos quais apenas três marcaram presença na prova de entrevista pública de selecção para que estavam legalmente convocados, a saber: Álvaro Manuel Vaz Monteiro Dias Duarte, Marta Helena Campos da Silva Moreira e Paulo Manuel dos Santos Quelhas Vilarinho;

Considerando que o candidato Paulo Manuel dos Santos Quelhas Vilarinho reúne os requisitos definidos no artigo 20.º da já referida Lei n.º 2/2004, de 19 de Janeiro, conjugado com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril e detém o perfil adequado para prosseguir as atribuições e objectivos da respectiva unidade orgânica, como se evidencia na nota curricular anexa ao presente aviso.

Determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro) e pelo artigo 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, a nomeação do licenciado Paulo Manuel dos Santos Quelhas Vilarinho, para o cargo de director do departamento de comunicação, imagem e relações institucionais, em comissão de serviço por 3 anos.

Nota curricular

Nome — Paulo Manuel dos Santos Quelhas Vilarinho
Habilitações académicas — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Naturalidade — Milheiros/Maia

Actividade profissional:

Na Câmara Municipal da Maia:

Jurista estagiário, em regime de avença, desde 24 de Fevereiro de 1992;

Técnico superior de consultadoria jurídica, em regime de contrato de trabalho a termo certo, desde 1 de Outubro de 1996;

Técnico superior de direito de 2.ª classe do quadro de pessoal desde 11 de Agosto de 1998;

Técnico superior de direito de 1.ª classe a partir de 7 de Junho de 1999;

Chefe da divisão de consultadoria jurídica, em comissão de serviço por 1 ano, a partir 20 de Setembro de 2002;

Chefe da divisão de consultadoria jurídica, em comissão de serviço por 3 anos, a partir 2 de Novembro de 2004;

Director do Departamento de Comunicação, Imagem e Relações Institucionais, em regime de substituição, desde 1 de Junho de 2007.

O seu percurso profissional está associado ao exercício de funções na área de intervenção da referida unidade orgânica há mais de 4 anos, tendo participado em inúmeras acções de formação, colóquios, cursos e seminários.

Paços do Concelho da Maia, 18 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes*.

303631865

Aviso n.º 17588/2010

Nomeação para o cargo de chefe da divisão de notariado, registo e contra-ordenações

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nos seus artigos 2.º, n.º 4, e 20.º, prevê que o recrutamento, para os titulares dos cargos de direcção intermédia, é efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e que reúnam, cumulativamente, a titularidade de uma licenciatura e quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo ingresso e provimento seja legalmente exigível uma licenciatura;

Considerando que, terminando o prazo para aceitação de candidaturas do procedimento com vista ao provimento do cargo de chefe da divisão de notariado, registo e contra-ordenações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 19 de Julho de 2007, no Jornal de Notícias e na Bolsa de Emprego Público de 25 de Julho de 2007, se apresentaram a concurso apenas duas candidatas, das quais apenas uma — Romana de Jesus Bré de Abreu Torres — marcou presença na prova de entrevista pública de selecção para que estavam legalmente convocados;

Considerando que a candidata Romana de Jesus Bré de Abreu Torres reúne os requisitos definidos no artigo 20.º da já referida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril e detém o perfil adequado para prosseguir as atribuições e objectivos da respectiva unidade orgânica, como se evidencia na nota curricular anexa ao presente aviso.

Determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro) e pelo artigo 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, a nomeação da licenciada

Romana de Jesus Bré de Abreu Torres, para o cargo de chefe da divisão de notariado, registo e contra-ordenações, em comissão de serviço por 3 anos.

Nota curricular

Nome — Romana de Jesus Bré de Abreu Torres.
Habilitações académicas — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Naturalidade — S. Mamede de Infesta/Matosinhos

Actividade profissional:

Na Câmara Municipal da Maia:

Jurista, em regime de contrato a termo certo, desde 1 de Abril de 1999;

Técnica Superior de Direito de 2.ª classe do quadro de pessoal desde 10 de Dezembro de 2001;

Chefe da divisão da qualidade de vida do Departamento do Ambiente e da Qualidade de Vida, em regime de substituição, entre 11 de Abril de 2004 e 31 de Março de 2006;

Técnica Superior de Direito de 1.ª classe a partir de 29 de Julho de 2005;

Chefe da divisão de notariado, registo e contra-ordenações do Departamento Jurídico e do Contencioso, em regime de substituição, desde 1 de Junho de 2007.

O seu percurso profissional está associado ao exercício de funções na área jurídica e do contencioso há mais de 4 anos, tendo participado em inúmeras acções de formação, colóquios e seminários.

Curso de pós-graduação em Direito das Autarquias Locais e Urbanismo ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Paços do Concelho da Maia, 18 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes*.

303632197

MUNICÍPIO DE MEDA

Aviso n.º 17589/2010

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e nomeação do júri do Período Experimental

Em cumprimento do disposto da alínea *b*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, torna-se público que por meu despacho de 11 de Agosto de 2010 e na sequência do procedimento concursal comum para constituição de Relação Jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional — carpinteiro, aberto pelo aviso n.º 7311/2010, publicado na 2.ª série de 12 de Abril de 2010, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado com José Carlos Ramos Neto, com efeitos a 11 de Agosto de 2010, com a remuneração mensal correspondente ao posicionamento remuneratório entre 1.ª e 2.ª e com o nível remuneratório entre o 1 e 2, equivalente a 487,46 €.

Para os efeitos previstos no n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do meu despacho de 13 de Agosto de 2010, determino que o júri para o período experimental tenha a seguinte composição:

Presidente: Dr. Mário Luís Moreira Murça, Vereador;

Vogais efectivos: Duarte Jorge Pratas Loureiro, Encarregado Operacional, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Maria Manuela Natália Peralta Ruivo Amado, Coordenador Técnico.

Vogais suplentes: António José Borges Prata, Assistente Técnico e Arq. José Paulo Amado Vaz Simão, Técnico Superior.

O período experimental tem a duração de 90 dias e será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (0,50 \times ER) + (0,40 \times R) + (0,10 \times FP)$$

sendo que:

CF = Classificação Final

ER = Elementos recolhidos pelo júri

R = Relatório

FP = Formação profissional

Paços do Concelho de Meda, 13 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *Armando Luís Rodrigues Carneiro*.

303630422

Aviso n.º 17590/2010

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e nomeação do júri do período experimental

Em cumprimento do disposto da alínea *b*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, torna-se público que por meu despacho de 11 de Agosto de 2010 e na sequência do Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação Jurídica de emprego público por tempo Indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior — Animação Sócio Cultural, aberto pelo aviso n.º 4981/2010, publicado na 2.ª série de 09 de Março de 2010, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado com, Paula Isabel Oliveira de Sousa Neto, com efeitos a 11 de Agosto de 2010, com a remuneração mensal correspondente ao posicionamento remuneratório entre 2.ª e 3.ª e com o nível remuneratório entre o 15 e 19, equivalente a 1373,12€.

Para os efeitos previstos no n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do meu despacho de 13 de Agosto de 2010 determino que o júri para o período experimental tenha a seguinte composição:

Presidente: Dr. Anselmo Antunes de Sousa, Vereador;

Vogais efectivos Arq. José Paulo Amado Vaz Simão, Técnico Superior; que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Dr.ª Fernanda Maria Simões Oliveira, Técnico Superior;

Vogais suplentes: Dr.ª Carla Alexandra Lopes da Cunha, Técnico superior e Dr.ª Sandra Marisa Constante Seixas, Técnico Superior;

O período experimental tem a duração de 240 dias e será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (0,50 \times ER) + (0,40 \times R) + (0,10 \times FP)$$

Sendo que:

CF = Classificação Final

ER = Elementos recolhidos pelo júri

R = Relatório

FP = Formação profissional

Paços do Concelho de Meda, 13 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *Armando Luís Rodrigues Carneiro*.

303630577

Aviso n.º 17591/2010

Nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final, para ocupação de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior — Ciências Administrativa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo Indeterminado, aberto por aviso n.º 10725/2010, publicado na 2.ª série, n.º 109 de 28 de Junho de 2010, homologada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Meda, no dia 20 de Agosto de 2010.

Candidato Aprovado

1.º Maria Isabel Graça Lourenço — 16,50 valores.

A lista Unitária de Ordenação Final encontra-se afixada nestes serviços e na página electrónica do Município.

Meda, 20 de Agosto 2010. O Presidente da Câmara Municipal, *Armando Luís Rodrigues Carneiro*.

303632318

Aviso n.º 17592/2010

Nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final, para ocupação de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior — Energias Renováveis, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo Indeterminado, aberto por aviso n.º 10725/2010, publicado na 2.ª série, n.º 104 de 28 de Maio de 2010, homologada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Meda, no dia 20 de Agosto de 2010.

Candidato Aprovado:

1.º - Jorge Vitorino Guedes — 14,25 valores

A lista Unitária de Ordenação Final, encontra-se afixada nestes serviços e na página electrónica do Município.

Meda, 20 de Agosto 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *Armando Luís Rodrigues Carneiro*.

303632107